



CARLOS MARIGHELLA E A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN) 1967 a 1969

PAULO MARCELO MEDEIROS DE ALBUQUERQUE E MELLO¹

Resumo

Abstract

Este artigo analisa a Ação Libertadora Nacional (ALN) durante o período de 1967, até a morte do líder Carlos Marighella em 1969. A ALN se constituiu como a principal organização de esquerda que defendeu a luta armada no Brasil contra a Ditadura civil militar.

This article analyzes the National Liberation Action (ALN) during the period of 1967 until the death of the leader Carlos Marighella in 1969. The ALN was constituted as the main organization of the left that defended the armed struggle in Brazil against the Military civilian dictatorship.

Palavras-chave : comunismo, revolução, luta armada.

Keywords: communism-, Revolution,,armed struggle.

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas organizações que pregavam a luta armada, escolhemos como objeto de análise a ALN por dois motivos: primeiro pela sua amplitude dentro dos movimentos das esquerdas revolucionárias, pois foi à organização que mais arregimentou guerrilheiro e que teve um tempo maior de atuação na luta armada (1967 a 1974). Como afirma Sales: “Normalmente, afirma-se que foi a maior das organizações da esquerda armada” (SALES, 2008: 212). O segundo motivo que nos levou a optar pela ALN foi o fato da organização, ter sido arquitetada por um personagem que teve participação direta em importantes processos políticos nacionais do século XX. Segundo o sociólogo Ridenti “Marighella encarnou como ninguém o drama da história contemporânea do Brasil, de uma perspectiva dos vencidos” (RIDENTI, 1999: 14). Marighella atuou como militante do PCB durante a ditadura de Getúlio Vargas² quando foi preso e torturado, Deputado Federal Constituinte em 1946, participou ativamente da campanha “O Petróleo é Nosso³” na década de 50 e foi líder da ALN após o golpe civil-militar de 1964. Além disso, escreveu diversos livros, entre eles “A Crise Brasileira” (1966), “Porque Resisti à Prisão” (1964) e o “Mine-manual do Guerrilheiro

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Graduado em licenciatura e Bacharelado em História.

² Período 1930 e 1945, quando Vargas governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua. Compreende a Segunda República e a Terceira República (Estado Novo). Essa época foi um divisor de águas na, história brasileira por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

³ Campanha pela autonomia brasileira no campo do petróleo ocorrido entre os anos de 1947 à1953.

Urbano” (1969), além de vários poemas, tais como: Rondó da Liberdade, Fernando de Noronha e Pão de açúcar. Era uma figura pública admirada por vários intelectuais e artistas como: Antônio Cândido, Jorge Amado, Glauber Rocha e Caetano Veloso.

Através de uma revisão bibliográfica, apresentaremos um perfil geral da organização, ancorado em trabalhos de alguns pesquisadores como, Daniel Aarão, Luis Mir, Del Roio, Marcelo Rident, Denise Rolemberg, Jean Rodrigues, Ana Paula Libardi, Cristiane Nova e Jorge Novoa.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

A estratégia de ação da ALN contemplava que após a conquista da Libertação nacional viria o Socialismo. O surgimento da Ação Libertadora Nacional está diretamente ligado à aproximação de Carlos Marighella no caminho da luta armada. No entanto, este processo ocorreu de forma gradual, na medida em que ele foi perdendo a confiança nas instituições democráticas brasileiras. Segundo Sales, esta insatisfação veio a público no documento, Esquema para Discussão:

A divergência de Marighella com a direção do PCB começou no ano de 1961, na renúncia de Jânio Quadros, porém só se tornaram pública com a crise no PCB após 1964 e a crescente oposição que Marighella e outros dirigentes passaram a adotar em relação à direção partidária. Esta insatisfação veio a público com a elaboração do documento intitulado “Esquema para Discussão”.

Este documento que refletia o ponto de vista dos comunistas, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Jacob Gorender e Marighella, sustentava que a causa da derrota diante dos golpistas estava no fato do PCB ter incorrido em grave desvio a direita, na medida em que alimentava ilusões a respeito das reformas de base por meio pacífico, acreditando na aliança com a burguesia nacional e com o Governo João Goulart, não tendo preparado as massas para resistir ao golpe (Sales, 2008: 202).

Podemos perceber que os fundamentos expressos no documento “Esquema para Discussão”, evidenciam a existência de um ideal revolucionário no Brasil nos momentos anteriores ao golpe civil-militar de 64. Neste documento, Marighella e seus companheiros tecem críticas severas ao apoio do PCB ao governo João Goulart⁴. Segundo Rolemberg: “O sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se antes, de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964” (ROLEMBERG, 2009: 54).

Em 1965, é publicado o Livro “Porque Resistir à Prisão”, nele Carlos Marighella descreve sua prisão em maio de 1964, dentro de um cinema no Rio de Janeiro. Nesta obra, o

⁴ João Belchior Marques Goulart governou o Brasil de setembro de 1961 à março de 1964.

autor começa a cogitar, embora de forma incipiente, a opção pela luta armada como instrumento de combate à Ditadura. Como destaca Sales:

Sobre os caminhos da luta política, Marighella ainda não assume a via armada como único modo possível para a revolução. Para ele a solução dos problemas brasileiros por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, ainda assim insiste que se trata de uma luta revolucionária de massa. De qualquer forma, o líder revolucionário entrevê a possibilidade de outras formas de atuação, inclusive o aparecimento de guerrilha (Sales, 2008: 203).

Esta perda de esperança nas instituições democráticas fica evidente quando comparamos alguns trechos de um documento escrito por Marighella em 1945, com os textos após o golpe civil-militar de 1964. No documento, escrito em 1945, o então militante do PCB afirmava:

O sufrágio direto, secreto e universal e o Parlamento democrático são os fundamentos da ordem democrática que nasce e na qual prevalecerá soberana a vontade dos povos; os golpes armados, a desordem, a violência não ajudarão a marcha da democracia para frente (apud NOVA; NOVOA, 1999: 159).

Em 1966, Marighella redigiu o texto “A crise Brasileira”, nele o autor aprofunda as questões sobre a luta Armada, lançadas, como vimos anteriormente, de maneira incipiente em “Porque resisti à Prisão”. Segundo Marighella:

Os fatos indicam que o proletariado em face do tremendo impacto da abrilada, não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária que leva à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da Insurreição armada popular. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. (apud NOVA; NOVOA, 1999: 123).

Em junho de 1967, o PCB lança as Teses que seriam discutidas, no VI Congresso⁵ do Partido, nelas o Comando Central defendia uma frente ampla política pelas liberdades democráticas, contudo Marighella rechaçou este documento, “Marighella afirmava que o objetivo dos revolucionários deveria ser substituir o governo ditatorial por um que assegure a independência do País e isso só seria possível pela via armada” (SALES, 2008: 206).

O último capítulo que concretizou a saída de Marighella do PCB começou no momento em que o líder revolucionário viajou para Cuba em julho de 1967, para participar da Conferência Latino-Americana de Solidariedade⁶ (OLAS), como destaca Sales: “A

⁵ Reunido em São Paulo em dezembro de 1967, pouco mais de três anos após a instauração da ditadura civil militar no Brasil, o PCB realizou seu VI Congresso Nacional. Ali o Partido se recompôs e definiu uma linha de ação antiditatorial centrada na recusa de quaisquer propostas que não envolvessem ações políticas de massas.

⁶ Foi uma organização criada em agosto de 1967 em Cuba, composta por diversos movimentos revolucionários e anti-imperialistas da América Latina que, em maior ou menor medida, compartilhavam as propostas estratégicas da Revolução Cubana.

Conferência significou, em certa medida, uma tendência por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente” (SALES, 2008: 206).

No bojo das proposições das OLAS, que contou com a presença de mais de setecentos representantes, estava à leitura de que a luta de guerrilha deveria ser adotada pelos países latino-americanos, esta estratégia, não era condizente com as prioridades do PCB, como indica Sales: “Por este motivo o PCB negou-se a participar da Conferência, além de ter feito críticas publicamente ao evento” (SALES, 2008: 206).

Após o término das OLAS, a URSS criticou fortemente seu resultado e externou a sua opinião, através de um artigo publicado na *Voz Operária*⁷, em outubro de 1967. Apresentamos a seguir um pequeno trecho deste artigo chamado “A revolução e a revolução de Régis Debray⁸”, que indica que o apoio soviético às revoluções de esquerda na América Latina, naquele momento e nas condições propostas pela Conferência não estava garantido:

Debray espera naturalmente que seus guerrilheiros conquistem a adesão e o entusiasmo da maioria da população. Mas conta chegar a isto através apenas da repercussão moral dos feitos da guerrilha entre o povo oprimido. A ideia é bonita, mas não vale um tostão. Crer na guerrilha como garantia de vitória é infantilidade. Aqui mesmo, na América Latina, temos provas dramáticas de que uma guerrilha, mesmo quando fortemente apoiada no espírito revolucionário mais ativo dos camponeses, pode ser derrotada. O erro de Debray está em colocar na base de uma teoria para o movimento revolucionário uma questão subordinada, secundária, que é a forma de luta. Em nosso país, Marighella apresenta-se como campeão desta utopia. Lênin deixou um texto clássico a este respeito. Apresenta a revolução como um processo em que se conjuga de um lado a perda pelas classes dominantes de seu poder dirigente da sociedade, devido a um aguçamento excepcional de todas as contradições do regime, e por outro o auge do descontentamento popular. (apud MIR, 1994: 233).

Marighella permaneceu em Cuba durante o período de julho a dezembro de 1967, durante este período foi maturando as suas idéias revolucionárias que já estava há alguns anos em processo de construção, como observa Gorender: “Durante a permanência na ilha seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo das teses cubanas” (GORENDER, 1999: 106).

Após estas constantes divergências públicas, com a direção do partido a saída oficial de Marighella do PCB, foi oficializada. De acordo com Mir: “Retornando de Moscou, Prestes põe mãos à obra. Explodir a dissidência. Marighella seria o primeiro a ser excluído, em setembro de 67, três meses antes de VI Congresso” (MIR, 1994: 238).

⁷ Porta voz do PCB.

⁸ Filósofo, jornalista, escritor e professor Frances. Escreveu o livro *A revolução na revolução*. Amigo de Fidel Castro e Che Guevara. Seguidor do marxista Louis Althusser.

Com a saída do líder revolucionário do PCB estava se encerrando um ciclo histórico de trinta e três anos. Sua guinada para a luta armada, evidenciada nos primórdios da década de 60, não foi intempestiva e órfã de um processo de avaliação. Ela foi fruto de vários desencantos vividos pelo político durante estes mais de 30 anos. O que se apresenta é que ele já não acreditava na força do seu Partido (PCB) e na política de conciliação com a burguesia nacional para promover as mudanças sociais que ele imaginava serem necessárias para o Brasil, bem como concluiu que a formação de uma organização clandestina que disparasse um processo de luta armada através de guerrilhas, resolveria as desigualdades sociais seculares reinantes no país e promoveria a libertação do Brasil do jugo dos EUA, medida prioritária na concepção do líder da ALN.

Na volta ao Brasil em dezembro de 1967, Marighella começa a por em prática as medidas necessárias para o início do seu projeto revolucionário. Segundo Sales:

De volta ao Brasil, Marighella partiu imediatamente ao trabalho de organização de um grupo que pudesse colocar em prática as idéias sobre a luta armada. Neste momento, houve pelo menos duas atitudes entre os militantes que já o acompanhavam na crise interna que tomava conta do PCB. De um lado, muitos se juntaram ao agrupamento comunista, criado por Marighella e pouco tempo depois transformado na ALN. Por outro lado, a adoção da guerrilha como único caminho afastou militantes que eram simpáticos ao mariguellismo, mas que não concordavam com o caminho das armas. (SALES, 2008: 210).

O documento intitulado, Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo, *Genesis da ALN*, estabeleceu o norte de ações que o grupo formado pelo revolucionário pretendia adotar no país, segundo Sales:

Através do Pronunciamento do agrupamento Comunista de São Paulo, se anuncia a criação de uma organização revolucionária de novo tipo: clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante diária e não para permanecer em discussões e reuniões. Os princípios que regiam a nova organização eram três: 1) O Dever de todo revolucionário é fazer a revolução; 2) Não pedimos licença para praticar atos revolucionários; 3) Só temos compromisso com a revolução. (SALES, 2008: 211).

Marighella decidiu iniciar a guerrilha nas cidades, pois segundo ele existiria um clima político favorável ao movimento, segundo o líder da ALN:

Os movimentos de massas, sobretudo aqueles organizados pelos estudantes, intelectuais e sindicalistas, criaram nas cidades do país um clima político favorável à colhida de uma luta mais dura e os inúmeros atos repressores contra os estudantes, professores e jornalistas criaram clima de revolta. A cidade reúne condições objetivas requeridas para que se possa iniciar com sucesso a guerrilha. A guerrilha rural então deve ser posterior à guerrilha urbana (apud NOVA; NOVOA, 1999: 149-150).

Entendo que não há como dissociar as ações de Marighella, a partir de sua participação nas OLAS, do foquismo⁹. Isto ficou evidenciado na dinâmica dos movimentos iniciais da ALN que, como bem apresenta Gorender, estava órfão do apoio popular. Pelo que podemos captar através das publicações dos pesquisadores apresentados na bibliografia deste trabalho, nos textos e entrevistas do guerrilheiro, fica evidenciado que o líder da ALN tinha no seu projeto revolucionário algumas medidas específicas para o contexto brasileiro. A priorização na libertação nacional, utilização das colunas móveis, adotadas muito provavelmente face à derrota de Che Guevara na Bolívia¹⁰ e o fracasso no Brasil do foco de Caparaó¹¹, e a perspectiva da futura guerrilha rural são exemplos disso. Porém, a introdução destas particularidades, não altera o caráter foquista do movimento da ALN, na medida em que ele colocou a tática de guerrilha urbana, sem um consistente apoio popular, como protagonista do projeto revolucionário. Esta condição se manteve na prática do início até o epílogo da ALN.

Por outro lado, a Ação Libertadora Nacional (ALN), foi gerada quando o mundo vivia um momento de grande contestação e os jovens atuavam como a ponta de lança deste processo, como destacam Nova e Novoa:

Tratava-se de um momento em que, florescia um grande espírito de rebeldia e contestação do status quo, político, econômico e cultural. Nos EUA ocorreram as lutas pelos direitos civis, pelo fim dos preconceitos raciais, pela liberdade sexual e pelo fim da guerra do Vietnã. No Brasil, o clima parecia não ser diferente (NOVA; NOVOA, 1999:139).

Desta maneira, no momento de criação da ALN existia um potencial revolucionário nos jovens que foi canalizado pela ALN, daí Nova e Novoa afirmarem: “Então o início da ALN se dá num momento em que o “assalto” ao céu parecia possível. Muitos dos quadros da ALN foram recrutados no meio estudantil” (NOVA; NOVOA, 1999: 140).

⁹ O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo.

¹⁰ No dia 8 de outubro de 1967 era capturado Ernesto Guevara, conhecido como "Che" Guevara, revolucionário, político, jornalista, escritor e médico argentino-cubano. Depois de ser um dos ideólogos e comandantes da Revolução Cubana (1953-1959), onde ocupou altos cargos no governo, ele decidiu estender a luta armada revolucionária para outros lugares do mundo. Acabou capturado na Bolívia no dia 8 de outubro de 1967 e assassinado no dia seguinte.

¹¹ A Guerrilha do Caparaó foi a segunda tentativa insurgência armada contra o regime militar brasileiro feita por militares cassados. Inspirado na guerrilha de Sierra Maestra, teve lugar na Serra do Caparaó, divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, no período 1966 – 1967.

Por outro lado, a opção pela ação armada levou a ALN a ter uma feição militarista, Sales destaca desta forma a estrutura organizacional da ALN:

Para colocar em prática o seu projeto, a organização estruturou-se a partir de um modo mais militar do que político. A ALN era dividida entre GTE- Grupo Tático Estratégico, responsável pelo planejamento da guerrilha Rural, GTA- Grupo Tático Armado, voltado para as ações armadas, GA- Grupo de Ação, Ligado ao trabalho de massas, GI- Grupo Independente, setores de apoio. Acima destes grupos havia o Conjunto Regional e o Conjunto Nacional (SALES, 2008: 212).

Nesta linha de pensamento, Sales aponta a importância da obra *minimanual do guerrilheiro urbano* no processo de radicalização da luta armada no Brasil:

*O exemplo mais representativo, tanto da importância da guerrilha urbana, como do uso do terrorismo, está na publicação, assinada por Marighella, do conhecido *minimanual do guerrilheiro urbano*. De 1969, que veio inclusive a ser traduzido em várias línguas e usado por grupos radicais na Europa Ocidental nos anos de 1970 (SALES, 2008:216).*

Nesta perspectiva, apresentamos um diagnóstico para explicar como a opção radicalmente militarista contribuiu para isolar as organizações de esquerda armada do conjunto da população brasileira, de acordo com Roio:

O movimento de massas que atingira seu ápice em 1968, com greves de camponeses, operários e mobilização intensa da classe média, entrava num período de refluxo. O desvio militarista impunha-se na prática, sendo quase todas as forças jogadas para frente armada, enquanto se desfazia o trabalho de massas. O que dificultava o afluxo do proletariado (ROIO, 2006: 98).

Sobre a importância do trabalho de massas como fator significativo de combate à ditadura militar, encontramos um trecho da entrevista de Marighella, um pouco antes de sua morte, nela o Líder da ALN responde se a guerrilha excluía o movimento de massas: “Na situação atual de fascismo absoluto, manifestar e ocupar uma fábrica sem ser apoiado por grupos armados seria suicídio” (apud NOVA; NOVOA, 1999: 150).

Na medida em que aumentavam as dificuldades de sobrevivência da organização, fruto do aumento da repressão que, cada vez mais, fazia da tortura uma prática comum, a guerrilha urbana da ALN, potencializada pelo terrorismo de esquerda, foi gradualmente se tornando o único mecanismo de ação da organização, para Sales:

Da mesma forma, e fruto das difíceis condições de luta contra a ditadura militar que em um movimento crescente passa a utilizar a tortura como política de Estado, a organização adotou a ideia do uso do terrorismo de esquerda, como forma de se fazer propaganda política e mesmo de eliminação de pessoas ligadas ao regime militar e ao imperialismo norte-americano (SALES, 2008: 216).

Desta forma, o GTA (Grupo Tático Armado) teve uma importância fundamental nas ações da ALN, onde seus integrantes tinham acentuada liberdade de iniciativa, o primeiro

GTA foi chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho¹². A militância da ALN era formada majoritariamente por paulistas, em que se destacavam estudantes e profissionais liberais. Porém existiam militantes distribuídos em outros estados do Brasil em destaque para o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com relação à primeira expropriação ou assalto realizado pela ALN, na versão de Gorender:

Em dezembro de 1967, a ALN, começou a praticar assaltos com a finalidade de expropriação de fundos. A primeira ação interceptou um carro transportador de dinheiro, no bairro de Santo Amaro em São Paulo, capital. No comando pessoal da ação, Marighella recolheu pessoalmente o dinheiro do assalto (GORENDER, 1999, 110).

No decorrer do ano de 1968, as ações armadas da ALN se multiplicaram, segundo Gorender:

Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. E a ação mais sensacional- o assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos/ Jundiaí (GORENDER, 1999: 110).

Através de uma consulta nas edições antigas da revista *Veja* e no jornal *O Estado de São Paulo*, Gorender apresenta alguns números sobre a impressionante escalada de assaltos em São Paulo, após a entrada em operação do projeto da ALN:

Até 1967, os assaltos às agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo, contudo no decorrer de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores, e um trem pagador. Até julho de 1969, foram atacadas mais de 31 agências bancárias e um carro pagador (GORENDER, 1999: 110).

Mas as ações da ALN em 1968, não estavam restritas a assaltos. Houve também ações contra pessoas consideradas inimigas da ALN, podemos citar como exemplo a execução do capitão americano Charles Chandler¹³ uma ação conjunta da ALN e a VPR¹⁴ (Vanguarda Popular Revolucionária).

O envio de militantes para treinamento militar em Havana era parte fundamental no projeto da ALN: “Estava nos planos de Marighella enviar algo como duas centenas de pessoas

¹² Morto pelo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) em 25 de janeiro de 1969 em sua casa. Homem de confiança de Marighella, Marquito comandou o assassinato do capitão americano Charles Chandler.

¹³ Charles Rodney Chandler (Hurricane, 23 de julho de 1938 – São Paulo, 12 de outubro de 1968) foi um oficial do Exército dos Estados Unidos e veterano da Guerra do Vietnã, assassinado na cidade de São Paulo, Brasil, por integrantes da guerrilha urbana de extrema-esquerda, durante o período da ditadura militar brasileira.

¹⁴ Organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e militares. Seu objetivo era lutar contra o regime militar instalado no Brasil em abril de 1964, após a derrubada do governo constitucional de João Goulart. Seu principal líder foi o capitão Carlos Lamarca..

para serem treinadas militarmente em Cuba e que deveriam construir o cerne das colunas guerrilheiras” (ROIO, 2006: 100).

Apesar dos quadros da ALN serem provenientes majoritariamente do movimento estudantil, alguns representantes do movimento cultural brasileiro também apoiaram a ALN: “A atriz Norma Bengell e o diretor de teatro Augusto Boal abrem para o movimento revolucionário brasileiro, o circuito cultural europeu de esquerda. No entanto a mais espetacular militância na ALN seria de Glauber Rocha” (MIR, 1999: 378).

Por outro lado, a estratégia de não assumir os assaltos, era um fator importante para o sucesso das ações da ALN, na medida em que dificultava o trabalho de repressão da polícia, de acordo com Gorender, “No decorrer do ano de 1968, os assaltantes não se identificam. Mistério proposital” (GORENDER, 1999: 110).

O mistério sobre a origem dos assaltos foi desvendado pela polícia no final de 1968, com a prisão e posterior tortura de um integrante da ALN. Desta maneira, a imagem emblemática de Carlos Marighella, como inimigo número um da nação, passou a ser profundamente explorada pela ditadura civil-militar:

O segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas, a capa da revista, “Veja” exibia o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um do Brasil (GORENDER, 1999: 111).

O momento da descoberta da existência da ALN coincidiu com o endurecimento da ditadura civil-militar e o consequente aumento do sistema de torturas, conforme Nova e Nova:

Na luta interna do governo operou-se uma vitória da chamada ala dura, o congresso foi fechado e o AI-5¹⁵ foi decretado, dando todos os possíveis poderes políticos, econômicos, militares e repressivos para que o governo agisse com carta branca em diversos domínios da sociedade e especialmente nos mecanismos de repressão legais e extralegais (NOVA: NOVA, 1999: 142).

A reação de Marighella foi imediata, através do texto, “Chamamento ao povo brasileiro”, no qual assume a responsabilidade pelas guerrilhas. A consequência deste incremento do aparato repressor foi sentida profundamente pela ALN, contudo a organização continuou adotando a luta armada como forma de combate à ditadura, segundo Nova e

¹⁵ O quinto dos atos constitucionais posteriores ao golpe civil-militar que acabou com garantias constitucionais como habeas corpus e fechou o congresso.

Nova: “A ALN decide intensificar as ações nas cidades, contudo progressivamente, sofre quedas importantes” (NOVA; NOVOA, 1999: 142).

A explicação para a continuidade do projeto revolucionário adotado pela ALN veio através do texto “O papel da ação revolucionária na Organização”, segundo Marighella:

Tanto nossa luta como a dos estudantes convergia para um mesmo ponto. Então não tiveram dúvidas em por fim à controlada situação política existente no país e passaram ao estabelecimento de uma situação militar. Acolhendo-se na técnica do golpe dentro do golpe, desencadearam um novo golpe fascista e decretaram o Ato Institucional n° 5 (apud NOVA; NOVOA, 1999: 147).

Contrastando com o discurso vitorioso do líder da ALN, o cenário nacional, no ano de 1969, era de brutal perseguição aos integrantes das esquerdas revolucionárias por parte da ditadura militar, Nova e Novoa afirmam:

A rede de informações que permitiria aos órgãos de repressão chegar aos núcleos das principais organizações clandestinas, a exemplo da ALN, vai se compondo com rapidez e eficiência. Essas organizações se veem cada vez mais encurraladas no espaço que vai se estreitando (NOVA; NOVOA, 1999: 143).

No dia 4 de setembro de 1969 ocorreu o sequestro do embaixador americano no Brasil Charles Elbrick, realizado em uma ação conjunta ente as organizações ALN e o MR-8¹⁶. Como destaca Roio:

O golpe fora tremendo, deixando a junta militar¹⁷ atordoada. O presidente dos EUA, Richard Nixon, interveio rapidamente e deixou clara sua posição: deveria ser feito todo possível para que seu embaixador fosse libertado, garantindo totalmente a sua incolumidade, o que significava tratar com os grupos guerrilheiros (ROIO, 2006: 109).

Segundo um importante militante da ALN, Carlos Eugênio da Paz¹⁸: “Marighella discordou do plano, pois entendia que era muito ousado para o contexto daquela época¹⁹”.

As previsões de Marighella se confirmaram como sinaliza Nova e Novoa:

Após o desfecho do sequestro, a Junta militar promulgou uma nova constituição, incorporando todos os mecanismos dos anteriores Atos Institucionais e acrescentando a Lei de Segurança Nacional, que dava maiores poderes ao Executivo e aos órgãos repressores (NOVA; NOVOA, 1999:154).

¹⁶ Nascido de uma dissidência do PCB contraria a aliança com a burguesia, seu nome é uma referência a morte de Che Guevara em 1967 na Bolívia.

¹⁷ Formada após o afastamento médico do Presidente Costa e Silva e constituída pelo General Aurélio Tavares, almirante Alberto Rademaker e o brigadeiro Márcio Melo.

¹⁸ Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz (codinome: Clemente; Maceió, 23 de julho de 1950) é um músico, escritor e ex-guerrilheiro que participou da luta armada contra a ditadura civil-militar no Brasil. Ele foi o último comandante militar da organização de extrema-esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN).

¹⁹ Carlos Eugênio da Paz, em entrevista ao Núcleo Piratininga de Comunicação, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro em 19 de agosto de 2013.

Nesta esteira, as prisões e mortes de importantes quadros da ALN, que já estavam acontecendo mesmo antes do sequestro do embaixador americano, ficaram cada vez mais frequentes, de acordo com Nova e Novoa: “Após o sequestro ocorreram sucessivas quedas na organização guerrilheira. Na ALN, foram presos vários integrantes do GTA (NOVA; NOVOA, 1999: 154).

Diante de tamanha escalada de terror, o principal líder da organização não poderia estar em segurança. Segundo Mir: “A ALN teve mais de 500 presos em 1969” (MIR, 1994: 367). No entanto, a chave que a repressão usou para desvendar o paradeiro do líder da ALN veio de suas ligações com alguns freis dominicanos, segundo Novoa e Nova:

De alguma maneira, no final de outubro/69, os órgãos de repressão já haviam conseguido desvendar a existência da conexão entre Marighella e os dominicanos. Até hoje, as formas às quais eles obtiveram tais informações ainda não se encontram completamente esclarecidas. De acordo com o relatório do DOPS sobre o cerco que apanhou Marighella, a ligação teria sido descoberta através dos depoimentos de Paulo de Tarso Venceslau (ALN) e Isaías do Vale Almada (VPR) (NOVA; NOVOA, 1999:156).

Não se pode precisar a origem da descoberta, o que apresentamos é apenas uma das muitas possibilidades, contudo o fato é que os freis foram presos e sobtortura confessaram as ligações com Marighella, de acordo com Novoa e Nova: “Independentemente da via à qual se chegou às informações, tendo os dados acerca das ligações orgânicas de Marighella com os dominicanos de São Paulo, o DEOPS-SP conseguira prender freis Ivo e Fernando” (NOVA; NOVOA, 1999: 159).

Para os historiadores Cristiane Nova e Jorge Novoa, existe uma grande lacuna, na ação do DEOPS-SP que ocasionou a queda de Marighella. Como o órgão repressor obteve a informação do dia e hora em que o líder revolucionário telefonaria para os dominicanos? O fato é que o DEOPS-SP obteve esta importante informação, “Marighella entraria em contato com os dominicanos naquela semana na manhã de 4 de novembro de 1969” (MIR, 1994: 458). Segundo Nova e Novoa: “Os freis Fernando e Ivo negam já ter um encontro previsto com Marighella para o dia 4/11/69. Eles dizem não saber como o DEOPS-SP conseguiu informações acerca de seu último encontro como líder da ALN” (NOVA; NOVOA, 1999: 161). Através desta informação um esquema de tocaia para Marighella foi montado, segundo Mir: “Fleury montou uma escuta telefônica na Livraria e determina que uma equipe do DEOPS-SP ocupe o local e permaneça postada ao lado de Fernando e Brito. Só faltava uma coisa: Marighella ligar para a livraria marcando o encontro” (MIR, 1999: 457-458).

Independente das informações que levaram o DEOPS-SP ao líder da ALN, o certo é que ele foi morto na noite do dia 4/11/1969 na Alameda Casa Blanca em de São Paulo-SP. Sobre este assassinato inúmeras versões foram apresentadas pelos pesquisadores durante vários anos. A narrativa apresentada por Gorender, para esta ocorrência, manteve tópicos importantes da versão oficial, que sustentava a existência de uma troca de tiros entre Marighella e polícias do DEOPS- SP. Porém, esta versão, foi contestada pelo advogado de defesa dos dominicanos. Desde o julgamento dos religiosos ocorrido em setembro de 1971, o advogado Mário Passos Simas sustenta a ideia de crime cometido pelo DEOPS-SP.

No livro “Direito e Memória da verdade”, realizado pela Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República está evidenciado o fato de que a morte de Carlos Marighella foi de responsabilidade do Estado Brasileiro, esta decisão foi deferida em 11/09/1996, com o placar de 5x2 e publicado no Diário Oficial da União em 18/09/1996, como podemos observar a seguir:

Ao final de consistentes ponderações, derivadas da análise das contradições detectadas e do parecer de Nelson Massini, o relator do processo na CEMDP, justificou seu voto favorável concluindo: “A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais”. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal (...) foi morto com um tiro a curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim (...), que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo²⁰.

A morte de Marighella ocasionou um abalo considerável na estrutura da ALN, como destaca o jornalista Luis Mir:

Recursos, depósitos de armas e terras. Marighella sepultou consigo esta estrutura da guerrilha rural. Quem estava instalado no campo, ficou desligado e perdido na imensidão continental brasileira para sempre. O que se perdeu nunca mais se recuperou (MIR, 1994: 498).

²⁰ BRASIL, **Direito a verdade e a memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 109. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>.

A partir da morte de Marighella, Câmara Ferreira²¹ assumiu a posição de comandante da ALN, de acordo com Mir: “Fidel diz a Câmara Ferreira que a ALN continuaria desfrutando da condição de organização preferencial, para Cuba em relação ao Brasil, e ele seria o principal vínculo dos cubanos com o movimento revolucionário brasileiro”(MIR, 1994: 505).

Para alguns pesquisadores, Marighella representou um grande herói do povo brasileiro: “Com sua morte Marighella perdia a vida, mas entrava para a história, como um grande herói brasileiro. Como diria Antônio Candido, mesmo que seu reconhecimento público venha se manifestando aos poucos” (NOVA; NOVOA, 1999: 178). Esta versão contrasta fortemente com a imagem divulgada pelos principais órgãos de imprensa na época de sua morte, como o jornal o “Globo” e a revista “Veja”, que o identificavam como o inimigo número 1 do Brasil:

Poucos meses depois, sobre a morte de Marighella, o Globo prioriza as ligações de padres dominicanos com a guerrilha mais do que a morte do ex-deputado, citando como única fonte o DOPS, o que demonstra, claramente, que o jornal adotou como absoluta a versão dos órgãos de segurança. Marighella recebe as qualificações de “chefe terrorista” e “líder do bando” (LIBARDI, 2007: 136).

Por outro lado, Rolemberg, pondera que estas visões maniqueístas trazem dificuldades para a dinâmica das pesquisas históricas:

O fato de Marighella ter se tornado lenda, mito, tanto nas esquerdas como nas direitas, torna-se seu perfil bibliográfico tarefa difícil para o historiador. Ilusão de vidas perfeitas, irretocáveis, heróis, personificação da esperança interrompida, mártires da ditadura, Ilusão de vidas incorrigíveis, bandidos, encarnação do perigo, do mal e do inimigo público nº 1. Nesta disputa da memória, outra ilusão biográfica: a que constrói memórias encobrindo a história (ROLEMBERG, 2007: 90).

A respeito desta questão concordamos com a opinião de Rolemberg que apresenta uma análise, a respeito de Marighella situada entre estes dois polos procurando se descolar desta dicotomia existente entre as esquerdas e as direitas do Brasil. Destacando inclusive que o Projeto Revolucionário articulado por Carlos Marighella, de combate a ditadura civil-militar e construção do socialismo, alicerçado na luta armada, não teve o apoio consistente da maioria da população. Desta maneira, durante os anos de existência da ALN, Carlos Marighella não foi reconhecido pela população brasileira como um herói. Também não podemos taxá-lo de inimigo nº1 do povo brasileiro, esta imagem depreciativa não corresponde à biografia de um

²¹ Joaquim Câmara Ferreira, também conhecido como Comandante Toledo, foi um militante e dirigente comunista brasileiro, integrante do Partido Comunista Brasileiro e comandante da organização de extrema-esquerda ALN.

homem que dedicou parte considerável de sua vida no combate a ditaduras e na luta por um país socialmente mais justo. De acordo com Rolemberg:

Carlos Marighella está longe de representar mais autenticamente o povo brasileiro, no momento da ditadura. Sua luta por outro sistema, contra o capitalismo, pelo socialismo e contra a ditadura não encontrou eco então. As imagens de terrorista, subversivo e inimigo foram assimiladas por significativa parcela da sociedade não exclusivamente porque o governo militar controlava os meios de comunicação, porque havia censura, prisão política e tortura. Tudo isso existia e era relevante. Mas nenhuma ditadura se sustenta unicamente pela repressão. A sociedade que ele queria transformar não o tinha como herói, justiceiro e libertador dos oprimidos. Marighella não foi herói do povo brasileiro. Não é e não foi, encarnação do mal. As memórias construídas - à esquerda e a direita não servem a história. Homem só, na sua vida, na sua morte e assim permanece na memória que o isola da história (ROLEMBERG, 2007: 92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ALN foi uma organização de extrema esquerda que tinha como objetivos: combater a ditadura civil-militar brasileira, livrar o país do jugo dos EUA, promover a libertação Nacional e posteriormente atingir o Socialismo. No entanto ela não encontrou apoio na população que, literalmente ignorou o seu projeto revolucionário, salvo poucos setores da classe estudantil e alguns profissionais liberais, como destaca Reis:

Elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muitos jovens, do sexo masculino, residindo em algumas e poucas cidades, formam a ampla maioria dos militantes. Na medida em que se constituem em esfera autônoma e em posição de superioridade em relação aos dirigidos, ou às massas os comunistas incorrem num tipo de alienação (REIS, 1990: 184).

Além do isolamento popular, a falta de um apoio internacional consistente também contribuiu para o fracasso do movimento armado da ALN. Neste isolamento em que ficaram submetidos, as ações da luta armada, que inicialmente geraram um grande entusiasmo em pequenas parcelas da juventude, pouco a pouco se transformaram em instrumento de simples sobrevivência devido à investida dos órgãos de repressão que fizeram da tortura uma política de Estado.

Daí vem o respaldo para as conclusões de Rolemberg, que apontam para a quebra da imagem de Marighella como herói do povo brasileiro. Por outro lado, temos que considerar que a iniciativa de Carlos Marighella, através da ALN, representou uma reação à ditadura civil militar que vigorava naquela época, sendo assim seria um equívoco taxa-lo de inimigo Nº 1 do Brasil. Nessa constante disputa de memórias, que ocorre na história dos movimentos de resistência política, considero importante frisar este aspecto da ALN, bem como destacar

que a maioria dos militantes os quais cerraram as fileiras da organização, mesmo que de forma maniqueísta, lutavam pela melhoria das condições de vida dos mais humildes.

Acho que não devemos perder de vista isso, pois dessa forma eliminaríamos da memória uma página importante da nossa História. Como argumenta a historiadora e antiga militante da ALN, Dulce Chaves Pandolff:

Lutávamos por um idealismo, a melhora das condições de vida da população; na época só havia dois projetos, nós optamos pelo socialismo. Achávamos que no Brasil haveria uma guerra como no Vietnã e no final todos entenderiam nossa opção²².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Direito a verdade e a memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** São Paulo: Editora Ática, 1999.

LIBARDI, Ana Paula de Souza. *A guerrilha amordaçada: a ALN na imprensa (1969 a 1974).* 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade federal do Espírito Santo-Vitória, 2007.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro urbano.** São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>>. Acesso em: 20/12/16.

MIR, Luís. **A Revolução Impossível.** São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

NOVOA, Christiane; NOVA, Jorge. **Marighella, o homem por trás do mito.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada.** Rio de Janeiro: Editora Bestbolso, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

²² Dulce Chaves Pandolff, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 2014.



REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**, 3º volume. Revolução e Democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROIO, José Luiz. **Zarattini, a paixão revolucionária**. São Paulo: Ícone, 2006.

ROLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. Livro 4.

SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Revista Tempo** (Revista do Departamento de História da UFF), v. 14, p. 199-217, 2008.

FONTES

Relatos orais

- Dulce Chaves Pandolff, entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 2014.
- Carlos Eugênio da Paz, em entrevista ao Núcleo Piratininga de Comunicação, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 2013.